



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Piquet, Rosélia; Machado Vilani, Rodrigo

O papel dos mestrados profissionais na área de Planejamento Urbano e Regional
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 15, núm. 1, mayo, 2013, pp. 95-106

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951683006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O PAPEL DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

ROSÉLIA PIQUET

RODRIGO MACHADO VILANI

RESUMO *O presente artigo tem por objetivo apresentar os desafios e as contribuições da consolidação dos mestrados profissionais na pós-graduação brasileira. Apesar dessa modalidade estar prevista desde a idealização da pós-graduação na década de 1950, a implementação de mestrados para a formação profissional no Brasil sofreu críticas ao longo de sua implantação. A pesquisa analisa as normas da CAPES relacionadas ao reconhecimento dos mestrados profissionais e dos dados de sua evolução a partir de 2000, particularmente, da área de Planejamento Urbano e Regional. À guisa de conclusão são tecidas considerações gerais e específicas quanto à importância dos mestrados profissionais no âmbito da pós-graduação nacional, formando profissionais qualificados para realizar uma leitura adequada e propor medidas positivas para a construção de uma sociedade justa e igualitária para as presentes e futuras gerações.*

PALAVRAS-CHAVE *Mestrados profissionais. Planejamento Urbano e Regional. Capes. Qualificação profissional.*

A POLÊMICA QUANTO AOS MESTRADOS PROFISSIONAIS

Em 1995, quando a Portaria de nº 47 determinou “a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrados dirigidos à formação profissional” a resposta do meio acadêmico foi de perplexidade: algumas áreas permaneceram reticentes; outras, francamente hostis. Entretanto, a proposta de implantação de cursos de mestrado voltados à qualificação profissional encontra-se presente no sistema de Pós-Graduação brasileiro desde a sua concepção original nos anos de 1950.

A proposta de montagem de um sistema capaz de corrigir as deficiências qualitativas e quantitativas na formação de quadros superiores emerge em um período de grande efervescência administrativa e institucional do país, pois se tratava, nos termos da época, de *reaparelhar* o Estado dotando-o de uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional que atravessava então profundas alterações em seu sistema produtivo e em sua estrutura social.

Os dados do Censo de 1950 de fato tornaram evidentes grandes mudanças quando comparados aos de 1940, revelando uma acentuada transferência da mão-de-obra para os setores secundário e terciário da economia e um acelerado aumento da migração populacional do Nordeste para o Centro-Sul. O contingente de profissionais de

nível superior correspondia a 0,7% da massa da população economicamente ativa, atingindo em valores absolutos 132.035 profissionais. Segundo diagnóstico do então Ministro da Educação, Simões Filho (*apud Córdova, 1997*¹),

1 CORDOVA, Rogério de Andrade. A brisa dos anos cinqüenta: a origem da Capes. Apud *Boletim Infocapes*, comemorativo dos 45 anos, 1997.

(...) urgia estimular a expansão do Ensino Superior e fazê-lo segundo novos paradigmas de qualidade, pois não se dispunha de gente capacitada para os postos em que se exigem conhecimento e técnicas, indispensáveis ao tipo atual de sociedade, eminentemente industrial e técnico [e, ainda,]

o primado das letras sobre as ciências, que foi um dos males de nossa formação cultural, precisa ser corrigido nas suas consequências atuais, sendo necessário promover a formação de especialistas como economistas, técnicos em finanças, estatísticos, pesquisadores sociais visando a obtenção de tripulações para novas unidades, não só de empreendimentos governamentais, como também da iniciativa privada.

Assim, em 11 de julho de 1951, pelo Decreto n. 29.741, da Presidência da República, é instituída uma Comissão para promover a *Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES*, que surge simultaneamente a outros órgãos e agências que tiveram - e muitos deles ainda têm - importante presença na vida nacional, tais como a Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão Nacional de Alimentação, o Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, a Companhia de Petróleo Brasileiro - Petrobras.

A CAPES é então estruturada com apenas dois programas: o ***Programa Universitário*** visando o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino superior e o ***Programa de Quadros Técnicos e Científicos, para atender à demanda de pessoal de nível superior por parte dos meios profissionais e culturais do país.***

Pelo exposto, vê-se que, em sua origem, a capacitação de quadros profissionais mereceu a mesma atenção que a formação de quadros universitários. É nas décadas de 1960 e, principalmente na de 1970, que essa orientação se altera e o Governo brasileiro passa a investir maciçamente na formação de profissionais de maior poder multiplicador - os professores do ensino superior - para garantir a formação dos quadros de docentes e pesquisadores, essenciais para a expansão do próprio sistema e para a promoção da pesquisa científica e tecnológica no País.

A partir de então, o crescimento da pós-graduação no Brasil baseia-se em cursos de mestrado que se caracterizam predominantemente como o primeiro degrau para a qualificação acadêmico-científica necessária à carreira universitária, caracterizando-se também como etapa preliminar na obtenção do grau de Doutor. Contudo, passaram a surgir iniciativas de oferta de mestrados dirigidos à formação de profissionais, muitas vezes em resposta direta a demandas de agências e empresas, interessadas na qualificação de seus quadros e, a partir da década de 1990, fatores relacionados com as profundas transformações observadas no Brasil e no mundo - globalização da economia, modernização dos sistemas de produção, aumento da competitividade internacional - determinaram uma crescente demanda por profissionais com perfil de qualificação especializada e não voltada para a pesquisa acadêmica. Assim, e ainda segundo a CAPES em documento de 1995, a qualificação acadêmico-científica, ao contrário do que se pensava na década de 1960, "não é mais suficiente para também assegurar a formação de pessoal de alta qualificação para atuar nas áreas profissionais, nos institutos tecnológicos e nos laboratórios industriais."²

2 Resolução n. 1/95 do Conselho Superior da Capes, com base no documento "Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação, senso estrito, em nível de mestrado".

Sob essa perspectiva, ressalte-se, em relação aos Mestrados Profissionais (MP), “a ênfase na adição de valor social ao mercado de trabalho e à comunidade em geral, focando a profissionalização e gestão das mais diversas formas de atividades sociais, empresariais, tecnológicas e até culturais” (Silveira; Pinto, 2005, p. 39).

Observa-se, portanto, que a proposta de implantação de cursos de mestrado voltados para a qualificação profissional, inicialmente designados de mestrados *profissionalizantes* (só um pouco mais tarde passam a ser chamados de mestrados profissionais), apenas ativou o que estava latente no sistema desde sua concepção original. Cabe registrar que a pós-graduação *lato sensu* foi deixada de lado pela política de educação superior brasileira uma vez que permaneceu fora dos critérios de avaliação da Capes, ao contrário dos cursos *stricto sensu*, de mestrado e doutorado, que são sistematicamente avaliados. Tal fato deu margem à multiplicação desses cursos de modo indiscriminado, não assegurando nenhuma garantia da qualidade ao profissional que neles busca aperfeiçoamento, atualização ou especialização em campos específicos.

Por que então a polêmica em relação aos mestrados profissionais (MP) - cuja existência legal decorre da portaria da Capes, nº 80 de novembro de 1998 -, se o objetivo de sua implantação seria o de atender à demanda do profissional que busca um aperfeiçoamento além da graduação, sem a intenção de adentrar na carreira acadêmica?

Parte da resistência de algumas áreas acadêmicas aos MP se origina na identificação desses com interesses que seriam das empresas (RIBEIRO, 2005) e, desse modo, que a pesquisa acadêmica se tornaria subalterna aos interesses do capital. Sob essa visão os MP estariam voltados ao mundo da produção, sem discussão de quem se beneficiaria com os ganhos de produtividade: o usuário, o trabalhador ou os donos do capital.

Outros especialistas chegaram mesmo a assumir uma posição radical, como é o caso de Moura Castro (2006) ao afirmar que “ainda há adversários ferrenhos, sejam por purismo ou por defenderem reservas de mercados”.

Diante dos questionamentos sobre essa modalidade de curso, o Conselho Técnico Científico da Capes em sua 50ª reunião, de setembro de 1999, explicita que a criação do Mestrado Profissional responde a uma necessidade socialmente definida de capacitação profissional de natureza diferente da propiciada pelo Mestrado Acadêmico, tendo o mesmo nível de formação e padrão de qualidade equivalentes. Buscando dirimir as dúvidas então existentes, o site da Capes passa a conter uma clara definição sobre os mestrados profissionais:

o Mestrado Profissional é a designação do mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao acadêmico. Confere, pois, idênticos grau e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de pós-graduação *stricto sensu*, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso (Parecer CNE/CES 0079/2002).

Um Mestrado Profissional deve ter padrões de exigências tão rigorosos quanto os do mestrado acadêmico, só que com critérios diferentes, posto que são cursos de natureza qualitativamente diferentes. Enquanto no mestrado acadêmico pretende-se, a longo prazo, formar pesquisadores, no profissional o que se espera é que ocorra uma imersão na pesquisa, mas não que o titulado se torne um pesquisador. O objetivo é formar profissionais capazes de utilizar e localizar a pesquisa no exercício de sua profis-

são. Esse é um desafio nada trivial – a articulação entre a prática e a teoria que alicerça essa prática. Daí ser necessário que a maior parte dos docentes dos MP tenham doutorado e mantenham produção científica constante, devidamente avalizada. O aluno de um MP não está sendo treinado ou informado, ele está sendo formado. O que se pretende é uma mudança de qualidade do aluno.

No mundo atual, que requer formação mais qualificada, a tendência é termos cada vez mais uma demanda de mestres e doutores além da academia, como indica pesquisa de Veloso (2004) de que dois terços dos mestres e um terço de doutores encaminha-se para destinos que **não são os do ensino superior**.

A oferta dessa modalidade de curso vem assumindo lugar crescentemente maior na pós-graduação brasileira e hoje são poucos os redutos de resistência a essa modalidade, que hoje representa cerca de 10,8% do total de programas de pós-graduação³.

Nos Quadros 1a e 1b são mostrados, respectivamente, os números do crescimento dos programas de MP em relação aos mestrados acadêmicos por grande área e dos MP por região, indicando sua distribuição em todas as regiões do país:

Quadro 1a – Mestrados profissionais e acadêmicos por grande área

Grande Área	Ano							
	2000		2005		2010		2012	
	MD	MP	MD	MP	MD	MP	MD	MP
Ciências Agrárias	170	0	212	1	300	13	346	20
Ciências Biológicas	143	1	180	7	226	8	258	15
Ciências da Saúde	294	11	350	25	402	38	445	74
Ciências Exatas e da Terra	170	4	211	6	257	10	274	14
Ciências Humanas	195	1	284	5	392	6	451	19
Ciências Sociais Aplicadas	131	7	217	33	306	50	342	70
Engenharias	158	7	221	23	275	44	302	57
Linguística, Letras e Artes	79	0	111	0	160	0	175	2
Multidisciplinar	52	2	107	32	226	78	301	124
TOTAL	1392	33	1893	132	2544	247	2894	395

MD: mestrado acadêmico e programas que incluem mestrado acadêmico e doutorado;

MP: mestrado profissional

Elaborado a partir de GEOCAPES (2012)

Quadro 1b – Evolução dos mestrados profissionais por região

Região	2000	2005	2010	2012
Norte	0	3	7	20
Nordeste	2	20	41	70
Sudeste	18	74	132	203
Sul	8	25	51	79
Centro-Oeste	5	10	16	23
Total	33	132	247	395

Elaborado a partir de GEOCAPES (2012).

³ Em 2011, segundo dados do GEOCAPES, havia um total de 3.128 programas de pós-graduação, sendo: a) Mestrado: 1.175; b) Doutorado: 52; c) Mestrado/doutorado: 1.563; d) Mestrado profissional: 338.

O aumento das Engenharias (Quadro 1a) vai ao encontro da necessidade constantemente alardeada da falta de profissionais da área para o desenvolvimento de grandes projetos no país (ver Agopyan; Oliveira, 2005). Contudo, o destaque vai para a Grande Área Multidisciplinar, criada com essa denominação em 1999 e que, em 2008, passou a ser designada área Interdisciplinar dentro da Grande Área Multidisciplinar (Portaria CAPES nº 09, de 23 de Janeiro de 2008). Seu aumento significativo se deve, segundo o documento de área para o triênio 2007-2009, a dois fatores específicos. Primeiramente, a criação da comissão para a área “propiciou e induziu [...] a proposição de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares”. O segundo aspecto está relacionado à existência “de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes, com estruturas de Pós-Graduação ainda em fase de formação e consolidação, com dificuldades naturais de constituir densidade docente para abrir cursos em áreas disciplinares tradicionais” (CAPES, 2008).

Exceto pela área de Linguística, Letras e Artes, os MP possuem programas em todas as demais grandes áreas da pós-graduação brasileira, contudo:

Não obstante essa diversidade, a identidade dos mestrados profissionais não está somente determinada pela sua área temática, mas, fundamentalmente, pelo enorme desafio de integrar com rigor a pesquisa no seu processo de desenvolvimento e conseguir a aplicabilidade dos resultados para transformar a realidade estudada (NEGRET, 2008, p. 218).

Os números (Quadro 1b) também confirmam a tendência de concentração na **região Sudeste**, onde teve início a pós-graduação no Brasil, mas indicam uma expansão nas regiões Nordeste e Sul. Ainda assim, por ser o centro econômico do país, a região deve manter-se à frente nos programas de formação profissional, ainda que outras regiões aumentem sua participação nessa modalidade.

OS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

É nos anos 1970 que o planejamento governamental voltado às questões urbanas e regionais assume no Brasil um elevado grau de institucionalidade, durante o auge dos governos militares, o que lhe confere caráter centralizador. É quando também a capacitação de pessoal na área começa a ganhar impulso e são então lançados os primeiros cursos de mestrado sobre planejamento urbano e regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972), na Universidade Federal de Pernambuco (1975) e Universidade de Brasília. A Universidade Federal de Minas Gerais já havia criado em 1967 o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação na área da Economia Regional.

Era de tal ordem a importância atribuída à formação de quadros para atuação no sistema de planejamento que a primeira turma do curso da UFRJ, então sob a responsabilidade da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE), é destinada a técnicos do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e de órgãos do governo federal envolvidos com o planejamento urbano ou regional.

Ao longo da década de 1980 as novas tendências na dinâmica socioeconômica mundial, configurando um novo cenário com significativas diferenças em relação ao período do pós-guerra, põem em cheque o planejamento, que em nosso país passa a ser recusado, posto que identificado com o autoritarismo, com o “olhar do burocrata”. Assim, com o enfraquecimento do Estado, o planejamento cai em descrédito e os programas de pós-graduação, montados para a formação de pessoal na área, gradualmente se transformam de fato em programas de *estudos* urbanos e regionais, sendo sintomático que no período de quase 20 anos (entre 1975 e 1993) *nenhum novo curso* tenha sido proposto na área.

A partir dos anos 1990, a redução da face produtiva do Estado e a tendência à adoção de políticas descentralizadoras tornam as instâncias subnacionais de governo atores mais relevantes na atuação do setor público. Neste cenário, caracterizado por diferentes dinâmicas sociais e de distribuição do poder entre atores sociais, a gestão e as políticas públicas tornam-se diferentes daquelas que imperavam na época do planejamento centralizado, o que impõe desafios diversos aos programas de formação de recursos humanos.

É, contudo, só a partir dos anos 2000, quando o país dá sinais de recuperação econômica com a retomada de vultosos investimentos em projetos estruturantes, que se volta a falar na premência de se pensar o longo prazo – o que implica na retomada do planejamento – e quando então novos cursos são propostos. Este seria também o momento ideal para se repensar o conteúdo dos programas formativos, de se redefinir o que neles se ensina e de se propor novos formatos de cursos mais voltados à análise das realidades regionais e locais. É então quando surgem as primeiras propostas de **Mestrados Profissionais** na área.

A análise a seguir desenvolvida é baseada nos registros da Capes referentes aos cursos da área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia assim como nas informações dos próprios Programas divulgadas na internet. A subárea de Demografia não tem até o momento nenhum curso na modalidade analisada, razão pela qual não é mencionada no texto.

Pelos dados do Quadro 2, vê-se que todos os mestrados profissionais foram propostos já nos anos 2000, sendo um credenciado ainda em 2001 e os demais somente a partir de 2007.

As universidades particulares predominam quanto à oferta na área de Planejamento Urbano e Regional, sendo responsáveis por cinco dos sete programas de Mestrado Profissional, o que caracteriza uma dependência administrativa diversa em relação aos programas acadêmicos, onde as universidades particulares têm presença modesta, com apenas oito dos vinte e quatro cursos existentes.

Se em seus primórdios os mestrados da área já poderiam ser vistos como cursos predominantemente voltados à prática profissional e não à reprodução da estrutura acadêmica, hoje essa direção se afirma mais ainda. Sem dúvida o Planejamento Urbano e Regional não se constitui em campo de conhecimento específico, mas sim em área de *aplicação de conhecimentos*. O enfrentamento teórico e político das questões dos anos 2000 requer avançar nas análises territoriais com pesquisas que busquem identificar a lógica de funcionamento dos vários circuitos de valorização do capital em seus vínculos com as condições de vida da população. Para que seja reconhecida a dimensão deste desafio, convém destacar que, no país, como afirma Brandão (2011), “nunca as diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais) foram usadas no sentido positivo. Foram tratadas sempre como desequilíbrios, assimetrias e problemas”.

Quadro 2 - Mestrados Profissionais recomendados pela CAPES na área de Planejamento Urbano e Regional - 2012

	Programa	Instituição	D.A.*	Início	Conceito
1	Planejamento Regional e Gestão da Cidade	Universidade Candido Mendes (UCAM)	Particular	2001	4
2	Desenvolvimento Regional	Faculdade Alves Faria (ALFA)	Particular	2007	3
3	Planejamento Ambiental	Universidade Católica de Salvador	Particular	2007	3
4	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Estadual	2007	3
5	Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Particular	2010	3
6	Planejamento e Governança Pública	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Federal	2010	3
7	Desenvolvimento Regional	Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (INESP)	Particular	2011	3

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados> (Levantamento dos dados por Mariana Pessoa, mestranda do Programa em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) (*): dependência administrativa.

O autor alerta, portanto, para a necessidade de que sejam reconhecidas as potencialidades existentes na diversidade, o que implica na articulação entre processos econômicos transescalares e no reconhecimento da história relativamente autônoma, de regiões e lugares (BRANDÃO, 2011). Questionar os interesses constituídos nos mais de cinco mil municípios, distribuídos numa grande variedade de contextos regionais, e estudar o papel exercido pelo agronegócio, pelo capital imobiliário e industrial, pelo capital financeiro e, pelas organizações políticas e sociais nas mudanças territoriais são, sem dúvida, tarefas do presente.

A descentralização administrativa trouxe novas questões relacionadas à procura de pessoal qualificado, sendo que a consolidação desse processo passou a exigir um melhor aparelhamento das administrações públicas locais, com o consequente aumento da demanda por profissionais para atuar em prefeituras e órgãos públicos em geral. Embora o planejamento, neste âmbito, se limite a ser em geral um esforço de coordenação administrativa, não atingindo o estágio da produção de efetivas mudanças estruturais, a ampliação de conhecimento sobre os processos econômicos, socioespaciais e culturais requer ação qualificada do corpo técnico envolvido nas tarefas administrativas. A carência de melhores e mais numerosas pesquisas sobre a diversidade regional e urbana brasileira vem encontrando resposta na ampliação da oferta de cursos na área, em conexão, inclusive, com a nova distribuição espacial dos investimentos públicos e privados no território nacional.

É sabida a carência de qualificação que domina os quadros da administração pública brasileira em municípios de pequeno porte e que sobrevivem graças aos repasses do Fundo de Participação Municipal do Governo Federal. São comuns os relatos da existência de prefeitos que embora alfabetizados não têm competência de interpretar editais nem contam com pessoal técnico minimamente qualificado para tal e, com isso, perdem a oportunidade de levarem a seus municípios muitos dos repasses de programas especiais existentes nas esferas estadual e federal.

Tendo em mente que o Brasil tem atualmente 5.560 municípios e se, por exemplo, cada um deles passasse a ter em seus quadros um mestre profissional na Secretaria de Saúde e de Educação, dando com isso um salto de qualidade na gestão dessas duas áreas decisivas no resgate de nossa dívida social, é possível aquilatar a magnitude do esforço de formação qualificada que se apresenta, mesmo que se atenda apenas a uma reduzida parcela desses municípios.

Assim, não é de surpreender que os mestrados profissionais em planejamento urbano e regional se localizem predominantemente no interior do país ou em metrópoles de segundo grau, conforme indicam os dados do Quadro 3.

Quadro 3 - Mestrados Profissionais e a população das cidades de localização

Programa	Instituição SIGLA	Região	Cidade UF	População (a)	População com nível superior completo (b)	% (b)/(a)
1. Planejamento Regional e Gestão da Cidade	Universidade Candido Mendes (UCAM)	Sudeste	Campos RJ	463.731	31.658	6,8
2. Desenvolvimento Regional	Faculdades Alves Faria (ALFA)	Centro Oeste	Goiânia GO	1.302.001	177.697	13,6
3. Planejamento Ambiental	Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	Nordeste	Salvador BA	2.675.656	255.606	9,6
4. Planejamento Territorial e Desenvol. Socioambiental	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Sul	Florianópolis SC	421.240	90.436	21,5
5. Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais	Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Sul	Chapecó SC	183.530	16.402	8,9
6. Planejamento e Governança Pública	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Sul	Curitiba PR	1.751.907	307.175	17,5
7. Desenvolvimento Regional	Instituto de Ensino Superior e Pesquisa (INESP)	Sudeste	Divinópolis MG	213.016	18.494	8,7

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. (Levantamento dos dados por Mariana Pessoa, mestranda do Programa em Planejamento Regional e Gestão de Cidades)

A participação da população com grau superior, um dos indicadores que permite estimar o nível de capacitação de um lugar, é bastante diferenciada entre as cidades que abrigam esses cursos. As capitais apresentam um bom nível onde se destaca Florianópolis. Salvador configura uma exceção, aproximando-se das cidades de porte médio que também possuem percentual baixo de população com nível superior completo. Contudo, vê-se o quanto o país avançou na formação universitária quando se compara os dados do presente aos níveis da década de 1940/50 referidos no primeiro item desse texto. Vê-se que na atualidade apenas a população com nível superior de Goiânia é superior ao total brasileiro de então.

O Quadro 3 também indica que à exceção da Região Norte todas as demais macrorregiões brasileiras têm cursos nessa modalidade, cabendo destaque para a Região Sul, o que provavelmente reflete a grande ênfase que vem sendo dada nos Estados de Santa Catarina e Paraná ao planejamento estadual.

Observe-se que apenas um leva no título a palavra “urbano”. Contudo esse é um traço comum tanto nos mestrados profissionais quanto nos acadêmicos, sendo relacionado ao período de sua criação, pois nos cursos propostos após 2000 a referência ao urbano é quase inexistente, ocorrendo em apenas dois de um total de 30 programas. Tal fato indica uma mudança de foco da área, o que provavelmente corresponde ao reconhecimento dos desafios específicos quanto à necessidade de melhor se conhecer as regiões não hegemônicas do país e, também, à nova dinâmica espacial da economia brasileira, pois as maiores regiões metropolitanas vêm perdendo posição relativa frente às cidades de porte médio e às metrópoles de segundo grau.

A formação dos docentes dos MP da área de Planejamento Urbano e Regional, cujos dados se encontram sintetizados no Quadro 4, se caracteriza não só por apresentar grande diversidade disciplinar, como também pelo fato de que cada docente obteve seus títulos de graduação, mestrado e doutorado em cursos de natureza diversa. Esse é um dado que merece registro, pois no momento a diretoria da Capes vem promovendo debates com o intuito de discutir a importância da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade na formação acadêmica para o mundo do século XXI.

A área de Planejamento Urbano e Regional ainda não realimenta a formação de seus quadros docentes, uma vez que apenas dois docentes de um total de 64 são egressos da própria área. Conforme se observa no Quadro 4, as áreas que predominam na formação docente da área são: Administração de Empresas, a graduação de maior representatividade, e Engenharia da Produção quanto aos graus de mestre e doutor.

Quadro 4 - Formação de Docentes

Nome do Curso	Nível		
	Graduação	Mestrado	Doutorado
Administração de Empresas	11	8	5
Economia	10	2	6
Engenharia da Produção	3	9	11
Geografia	7	5	8
Ciências Sociais	6	2	2
Planejamento Urbano e Regional	—	2	2
Arquitetura e Urbanismo	3	3	1
Direito	3	3	1
Demografia	—	1	2
Outros cursos*	19	21	19
*Diante da grande diversidade das demais formações (com representações de um a dois professores) optou-se por agrupá-las em “Outros Cursos”, sendo exemplos: Sociologia, Antropologia, Serviço Social, História, Agronomia, Ciências Biológicas, Biologia, Meio Ambiente, Psicologia, Enfermagem e outros. (Dados obtidos nos sites dos Programas)			

Com base nas informações que constam nos sites dos Programas é possível afirmar que a oferta de disciplinas do conjunto dos MP indica claramente que são cursos voltados à análise de suas próprias regiões, sendo que apenas em um deles é ministrada disciplina sobre o desenvolvimento brasileiro. Em contra partida são oferecidas 16 disciplinas de Instrumentos de Análise Regional. Surpreende a baixa oferta de disciplinas sobre as questões das administrações locais, pois em apenas um Programa essa disciplina é obrigatória e em três outros consta como eletiva.

Embora a oferta de disciplinas teóricas, 18 no total dos Programas, possa ser considerada elevada, apenas cinco são elencadas como obrigatórias. Coerentemente com os títulos dos Programas, apenas dois registram disciplinas especificamente voltadas para a análise do fenômeno urbano. As disciplinas de caráter metodológico geral constam da estrutura curricular de seis Programas, enquanto que as voltadas à orientação para pesquisa são em número marcadamente superior. Passam a fazer parte dos currículos regulares, disciplinas quanto ao agronegócio, ao meio ambiente, à biodiversidade e à questão energética.

É oportuno registrar que nos cursos implantados nos anos 1970, a presença de disciplinas da área de arquitetura e urbanismo era marcante e todos tinham não só no título a referência ao urbano como também a composição curricular era voltada ao estudo e ao planejamento metropolitano. As questões regionais, quando tratadas o eram sob a perspectiva das desigualdades entre as macrorregiões brasileiras.

As dissertações são o mais importante produto de um programa de mestrado. No caso específico em análise apenas um desses cursos apresenta um número significativo de dissertações defendidas, pois os demais, por serem relativamente novos, apresentam resultados ainda modestos. Entretanto, por sua própria proposição original, os programas de mestrados profissionais têm um papel a cumprir perante as regiões em que se localizam, o que os diferencia dos mestrados acadêmicos. Deles, outras modalidades de “produtos” poderiam ser esperados, tais como a divulgação de boletins sobre problemas que afetem a região; série de textos voltados à análise regional, ou alguma outra forma de tornar pública a produção de seus docentes e discentes. Ou seja, neste item a indagação levantada foi: os cursos dessa modalidade já vêm buscando organizar veículos próprios para a divulgação de sua produção técnico-científica como forma de estreitar os vínculos com as regiões e cidades onde operam?

O que foi apurado é que apenas um deles vem desde 2003 publicando um boletim trimestral com objetivo de difundir e promover o debate sobre as rendas petrolíferas e mantém ainda em operação um banco de dados que disponibiliza informações sobre a distribuição dos royalties e participação especiais, uma das mais importantes questões que afetam a região em que o Programa se localiza.

Dada a reconhecida dificuldade de elaboração e manutenção de periódicos de qualidade, os coordenadores, em fevereiro de 2012, tomaram a decisão de propor a implantação de uma revista sob a responsabilidade do coletivo dos programas e que fosse voltada à difusão do conhecimento científico quanto ao planejamento e ao desenvolvimento econômico e social em suas dimensões regionais e urbanas. Essa proposta está em processo de concretização com a publicação da **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, cujo primeiro número veio a público em dezembro de 2012.

CONCLUINDO

No nosso entendimento a querela em torno dos MP está superada. Em um mundo onde a capacitação profissional é o requisito básico para a entrada no mercado de trabalho e diante da reconhecida baixa qualificação que o ensino de segundo e terceiro grau vêm proporcionando à população brasileira, toda iniciativa de ampliar as possibilidades de formação melhor qualificada deve ser saudada.

Nesse sentido, conforme acentua Ribeiro (2005, p. 10), “numa sociedade em que o conhecimento é cada vez mais importante, é imperioso a pós-graduação assumir a formação dos profissionais que atendam essa demanda.”

Assim sendo, os Mestrados Profissionais têm um enorme papel a cumprir além do mundo da produção, levando a um público mais amplo, meios e modos de atuar contra a miséria e a iniquidade e, desse modo, ser um dos agentes para o resgate da dívida social. Claro está que ambas vertentes são importantes, a primeira para nosso desenvolvimento econômico, a segunda para o desenvolvimento social.

São claras as transformações pelas quais a área passou em termos de composição curricular, campos de atuação, formação docente e localização. Enquanto os primeiros programas da área são voltados ao planejamento urbano-metropolitano, na virada do século esse padrão irá mudar. Os novos cursos trazem a temática do desenvolvimento regional, agora tratado não mais sob a perspectiva dos desequilíbrios entre as macrorregiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), mas sim focado em regiões delimitadas do interior do país ou sobre a problemática das regiões metropolitanas de segundo nível.

Nesses cursos, de orientação regional mais nítida, observa-se a interlocução mais próxima com áreas de conhecimento tais como Administração de Empresas, Engenharia da Produção, Economia, Geografia, Ciências Agrárias, Meio Ambiente. O desafio de aceitar essa variedade de abordagens disciplinares e metodológicas é reconhecer e tratar tais diferenças sem gerar perdas teóricas ou cair em casuísmos. Esse desafio inclui, também, a superação de generalizações que pouco avançam no conhecimento da diversidade que caracteriza o país.

Sem dúvida, cada vez mais, a sociedade brasileira requer ser melhor conhecida, o que dependerá da promoção de estudos, pesquisas e debates, entre especialistas e atores políticos, centrados na construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual. Na construção desse futuro, os mestrados profissionais muito terão a contribuir.

Rosélia Piquet é doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenadora do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM) – Campos; bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. E-mail: ropiquet@terra.com.br.

Rodrigo Machado Vilani é doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor adjunto do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM) – Campos, Brasil. Email: r_vilani@yahoo.com.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOPYAN, V.; OLIVEIRA, J.F.G. Mestrado profissional em Engenharia: uma oportunidade para incrementar a inovação colaborativa entre universidades e os setores de produção no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 79-89, jul. 2005.
- BRANDÃO, C.A. A Busca da Utopia do Planejamento Regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 11-31, jan./jun. 2011.
- CAPES. A necessidade de desenvolvimento da pós-graduação profissional e o ajustamento do Sistema de Avaliação às características desse segmento. *Boletim da Capes*, dez. 2001.
- _____. Parecer CNE/CES 0079/2002.

_____. *Documento de Área Interdisciplinar*. Triênio 2007-2009. Brasília: CAPES, abril de 2008.

_____. *Cursos recomendados e reconhecidos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/cursos-recomendados-e-reconhecidos>>. Acesso em: 03 maio 2012.

CASTRO, C. M. A hora do mestrado profissional. In: *Revista Brasileira de Pós-graduação*, v. 2, n. 4. 2005. p. 16-23.

GEOCAPES. *Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil*. Disponível em: <<http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/#app=c501&da7a-selectedIndex=0&5317-selectedIndex=0&dbcb-selectedIndex=0>>. Acesso em: 03 maio 2012.

NEGRET, F. A Identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 217-225, dez./2008.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

SILVEIRA, V.O.; PINTO, F.C.S. Reflexões necessárias sobre o mestrado profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 38-47, jul. 2005.

VELOSO, J. Mestres e doutores no Brasil: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 583-611, set./dez. 2004.

ABSTRACT *The current article's purpose is to present the challenges and contributions of the professional masters in the Brazilian post-graduation. Although, this modality has been previewed since its idealization in 1950, the implementation of masters due to professional formation has suffered disapproval throughout its execution in Brazil. The study analyses the CAPES (it is a government agency linked with the Brazilian Education Ministry, in charge of promoting high standards for post-graduation courses in Brazil) requirements related to the professional masters recognition and the development of its data since 2000, particularly in the area of Urban and Regional Policy. Looking forward to concluding, it is mentioned general and specific considerations due to the importance of professional masters in the range of national post-graduations, forming qualified professionals to develop an adequate reading and to put forward positive solutions to build a single and egalitarian society to close and future generation.*

KEYWORDS *Professional Masters. Urban and Regional Policy. CAPES. Professional Qualification.*